

EMBAIXADA DO BRASIL EM WINDHOEK

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR JOSÉ AUGUSTO SILVEIRA DE ANDRADE FILHO

Apresento, a seguir, as principais ações realizadas durante minha gestão à frente da Embaixada do Brasil em Windhoek.

AÇÕES REALIZADAS

2. Gestões junto ao Ministério de Relações Internacionais & Cooperação (MIRCO) e a entes públicos setoriais - como o "Walvis Bay Corridor Group (WBCG) - no intuito de averiguar oportunidades para incremento das exportações brasileiras à Namíbia.

3. Gestões junto ao MIRCO e à Força Policial da Namíbia (NPF, na sigla em inglês), nomeadamente o inspetor geral da NPF e a diretora do Departamento de Gênero e Bem-Estar da NPF, com o objetivo de explorar frentes de cooperação no âmbito policial, por meio do compartilhamento de informações aeroportuárias e estágios de aperfeiçoamento.

4. Gestões junto ao MIRCO para avaliar a possibilidade de intercâmbio entre academias diplomáticas, dado o interesse demonstrado pela chancelaria namibiana - no seu mais alto nível de representação - em conhecer o arcabouço institucional e a grade curricular do Instituto Rio Branco.

5. Acompanhamento de temas multilaterais, principalmente pelo fato de que a capital da Namíbia, Windhoek, sedia:

(a) a União Aduaneira da África Austral ("SACU", na sigla em inglês) -- integrado por África do Sul, Botsuana, Essuatíni, Lesoto e Namíbia;

(b) o Centro de Eficiência Energética e Energias Renováveis (SACREEE, conforme a sigla em inglês) da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); e

(c) o "Centro Internacional das Mulheres pela Paz" ("International Women's Peace Center" -- IWPC), que institucionalizou, a partir de novembro de 2020, espaço

referendado pelas Nações Unidas para mediar discussões sobre a participação da mulher em ações de paz e segurança, bem como para oferecer cursos de treinamento específicos na área.

Com relação ao IWPC, deve-se ressaltar o crescente compromisso do governo namibiano em adensar os espaços de debates sobre a participação da mulher em ações de paz e segurança, o que se tem consolidado como um dos principais vértices de projeção internacional da Namíbia. Recorde-se, a propósito, que a abertura do IWPC ocorreu exatas duas décadas após a edição da Resolução 1325 do Conselho de Segurança - intitulada "Mulher, Paz e Segurança" - em outubro de 2000, à época sob a presidência da Namíbia e liderada pela atual chanceler do país.

6. Acompanhamento e atos de representação sobre projetos na área da segurança alimentar junto ao Programa Mundial de Alimentos na Namíbia e ao MIRCO, como resultado de doações brasileiras, a saber:

(a) em agosto de 2019: doação de US\$ 100.000,00 (cem mil dólares norte-americanos) a título de cooperação humanitária, para atender às necessidades alimentares e nutricionais da população afetada pela seca prolongada na Namíbia.

O montante foi utilizado para a aquisição de 29,84 toneladas cúbicas de "alimento-suplementar-pronto-para-uso" (RUSF, na sigla em inglês), distribuídas em centros de saúde a crianças em estado de desnutrição grave. Também por sugestão do PMA, a distribuição concentrou-se na faixa dos 6 aos 59 meses, período crucial para o adequado desenvolvimento físico e cognitivo infantil. A entrega formal da referida doação foi feita em 3 de fevereiro de 2020 à primeira-ministra Saara Kuugongelwa-Amadhila, cujo gabinete concentrou as iniciativas governamentais de mitigação dos efeitos da seca. A autoridade foi enfática em seus agradecimentos ao governo brasileiro.

Cumprе recordar que a referida doação se deu em contexto extremo de escassez hídrica na Namíbia, considerada por analistas locais a mais grave seca dos últimos oitenta anos. Tal situação levou o governo namibiano a decretar estado de calamidade e a lançar pedido de apoio à comunidade internacional.

Em outubro de 2020, representantes da Embaixada compareceram a segunda cerimônia, em galpão de armazenamento do escritório da primeira-ministra, para a entrega física de lote do "RUSF" adquirido com a doação brasileira.

Em seguida, com o objetivo de conhecer, na prática, como seria feita a distribuição às crianças elegíveis para o recebimento do alimento de alto valor nutritivo, o PMA organizou visita de representantes da Embaixada a centro de saúde na cidade de Gobabis, na província de Omaheke, a noroeste de Windhoek - a meio caminho da fronteira com Botsuana.

(b) em dezembro de 2020: doação adicional de US\$ 100.000,00 (cem mil dólares norte-americanos) a título de cooperação humanitária, para que fosse dada continuidade aos esforços da Namíbia para superação da insegurança alimentar crônica dos últimos cinco anos, agravada pelas recorrentes secas e, desde março de 2020, pela pandemia da COVID-19.

A nova doação amplia o escopo da ajuda humanitária mobilizada pelo Brasil. Com efeito, insere-se dentro de espectro maior de estímulo à produção local de alimentos em instituições de saúde e ensino, com potencial efeito disseminador junto a famílias e pequenos produtores regionais.

A Namíbia tenciona aplicar os novos recursos nos seguintes projetos:

- Projeto Integrado Agricultura Comunitária-Escola, em Stampriet, na região de Hardap: Integrado ao Programa de Agricultura Familiar para Alimentação nas Escolas do governo namibiano, está voltado para a criação de horta destinada à diversificação dos alimentos da merenda escolar, sobretudo com o estímulo ao consumo de vegetais frescos. Visa a estimular, igualmente, a produção e o consumo locais de alimentos de adequado valor nutritivo, com divulgação de melhores práticas e treinamento de professores para a difusão de técnicas pertinentes.

- Projeto Integrado na Clínica Olukulo, na região de Ohangwema: A clínica Olukulo situa-se em região com elevados índices de má nutrição, atraso no crescimento infantil ("stunting") e peso abaixo do normal ("wasting"). Com vistas a diminuir esses números, o PMA disponibiliza apoio a iniciativas locais já existentes, com fornecimento de apoio técnico e estímulo ao engajamento de entidades governamentais regionais e nacionais. Em particular, busca-se a ampliação da horta, implantada originalmente na clínica por membros da equipe, destinada à diversificação dos alimentos utilizados em "Soup Kitchen" que atende crianças, mulheres grávidas e lactantes. O projeto

almeja, igualmente, estimular junto à população local o cultivo de hortas familiares destinadas à melhoria dos padrões nutricionais da alimentação diária.

- Projeto Integrado Clínica-Comunidade de Tsumkwe:

Tsumkwe é um assentamento rural a 290 quilômetros a leste da província de Grootfontein, na região de Otjozondjupa, constituído predominante por membros da etnia San, de condição econômica muito precária. Os San não têm tradição agrícola, sendo predominantemente coletores nômades e caçadores. O projeto integrado clínica-comunidade visa a diversificar o consumo de alimentos, aprimorando, assim, seu valor nutricional; estimular a produção agrícola local; e criar condições para a autossuficiência alimentar.

Representantes da embaixada visitaram Tsumkwe, a convite do PMA-Namíbia, para o lançamento do aludido projeto. Prestigiaram o evento a vice-primeira-ministra e ministra das Relações Internacionais & Cooperação (MIRCO) e embaixadores dos países africanos residentes na Namíbia, que efetuaram doação simbólica do valor que teria sido utilizado para as celebrações, em maio, do Dia da África, suspensas em função da pandemia.

- Horta da Casa de Acolhimento da Maternidade "Kazentjindire Muharuka", em Opuwo, na região de Kaoko, província de Kunene:

A região de Kaoko, na província de Kunene, onde vive a marginalizada etnia Himba, sofre há cinco anos os efeitos da seca. Devido às dificuldades de transporte na área, mulheres grávidas dirigem-se ao Hospital de Opuwo muito antes do parto, aumentando a pressão sobre a logística hospitalar. Com vistas a desafogar o atendimento às parturientes, foi criada a Casa de Acolhimento vinculada à maternidade, onde será instalada horta destinada a melhorar a qualidade nutricional das refeições servidas e a difundir a prática de cultivos familiares.

7. Auxílio à missão naval do Brasil na Namíbia:

A principal área de cooperação histórica com a Namíbia se dá, desde 4 de março de 1994, com a assinatura do Acordo de Cooperação Naval, ao abrigo do qual a Marinha do Brasil apoiou a criação da Ala Naval da Força de Defesa namibiana -posteriormente consolidada, em 2004, como a Marinha da Namíbia -, e, em 2016, com o início da estruturação do Corpo de Fuzileiros Navais namibiano.

Dois aspectos demonstram a importância da bem sucedida cooperação de cunho institucional: o papel do Brasil na estruturação de uma das Forças Armadas do jovem país e a data da assinatura do acordo, apenas quatro anos após a independência e no mesmo ano da transferência da soberania, pela África do Sul, do estratégico porto de águas profundas em Walvis Bay, onde se encontram baseados os militares brasileiros da Missão de Assessoria Naval (MAN) e do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN).

São as seguintes atividades ora em curso no âmbito da cooperação naval, de acordo com relatório elaborado pela Adidância brasileira na Namíbia:

Missão de Assessoria Naval: a missão conta, atualmente, com um efetivo de doze militares, sendo cinco oficiais e sete praças. Tem como missão prestar assessoria militar, técnica e administrativa à Marinha da Namíbia, a fim de contribuir para estruturação e crescimento daquela força, bem como o estreitamento dos laços de amizade entre o Brasil e a Namíbia. Suas atividades concentram-se, atualmente, em funções de capacitação e adestramento, além da prestação de consultoria técnica nas áreas de operações, ensino e manutenção.

As seguintes atividades foram empreendidas nos últimos dois anos:

- contribuição com adestramentos operativos, valendo-se de programa específico que prevê aulas teóricas, práticas e simuladores;
- capacitação e adestramento do pessoal para atuar como inspetores da CIAsA (Comissão de Inspeção, Assessoria e Adestramento);
- apoio à implementação, estruturação e condução dos cursos de formação e de carreira na Escola Técnica para a Armada;
- assessoria sobre adestramento e inspeções operativas dos meios e unidades da armada namibiana;
- apoio à criação de programa de manutenção da marinha local, e
- assessoria para os adestramentos no pátio de combate a incêndios.

Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais: o grupo conta atualmente com um efetivo de treze militares, sendo quatro oficiais e nove praças. Tem o propósito de formar batalhão de infantaria de fuzileiros navais, incluindo os cursos de formação de soldados e de especialização de infantaria e a instrução de

operações especiais. Nesse quadro, sobressaíram, nos últimos dois anos, as seguintes atividades:

- assessoramento na conformação de fluxo de carreira viável para o Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia;
- assessoria na organização e condução da força de fuzileiros navais namibiana;
- assistência na condução de estágios e cursos de formação e de especialização,
- apoio e contribuição para atividades de cerimonial militar, e
 - cooperação para a implementação do Plano de Desenvolvimento Doutrinário da Marinha da Namíbia.

Durante sua missão, o Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais já formou quase a totalidade da força namibiana, o que corresponde a 673 soldados, 194 cabos (com previsão de mais 49, em 2021) e 15 sargentos.

8. Gestões junto ao MIRCO com o objetivo de alinhar consensos sobre temas da agenda política bilateral e multilateral, de que seriam exemplos os pedidos de apoio a candidaturas do Brasil, entre os quais:

- (a) candidatura brasileira a assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), para o biênio 2022-2023;
- (b) candidatura brasileira ao Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI);
- (c) candidatura brasileira ao Conselho de Direitos Humanos (CDH);
- (d) candidatura brasileira ao Conselho de Operações Postais (COP) da União Postal Universal (UPU);
- (e) candidatura ao cargo de Vice-Presidente para as Américas do Comitê-Executivo da Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL).

9. Ampliação da rede de contatos do Posto.

O cotejamento das informações colhidas junto a autoridades locais com as opiniões oriundas de atores privados à margem do espectro político ofereceu elementos mais seguros de análise para o desenvolvimento de recortes de conjuntura - e, quando possíveis, avaliações projetivas de cenários - sobre assuntos políticos internos ou econômicos, o que teria evidenciado, como consequência, oportunidades nas relações entre o Brasil e a Namíbia.

Encontro realizado em dezembro de 2020 com representante da Fundação Konrad Adenauer (FKA) para Namíbia e Angola - cujas atividades se direcionam à capacitação da sociedade civil, como o financiamento de ONGs e a composição de quadros institucionais --, por exemplo, lançou luzes diferentes do olhar oficialista dispensado pelas autoridades locais, o que, concomitantemente, ampliou o lastro da análise conjuntural.

Em paralelo às gestões pessoais, a atuação diplomática foi canalizada igualmente em favor de participações em eventos oficiais, conferências, seminários e colóquios, alguns dos quais exemplificados a seguir:

- (a) em maio de 2019, a convite da Câmara de Minas da Namíbia (CNM): abertura da "Mining Expo & Conference";
- (b) em 19 de junho de 2019: lançamento do "National Action Plan on Women, Peace and Security - NAP";
- (c) em setembro de 2020, sob os auspícios da Namibian Agronomic Board" (NAB): "Agricultural Conference Namibia", com o título "Agriculture Fit for the Future -- Robust, Resilient and Responsive";
- (d) em março de 2021, convite do diretor-executivo do MIRCO, embaixador Penda Naanda: 10ª Sessão das "Conferências Dr. Theo-Bem Gurirab", realizada, no Instituto de Administração Pública e Gerenciamento da Namíbia, com o tema "Como pode o multilateralismo melhorar a segurança alimentar?".

10. O acesso a fontes primárias de diferentes perfis e o cruzamento subsequente de dados levou a Embaixada a considerar o atual contexto histórico como favorável ao aumento do intercâmbio do Brasil com a Namíbia, nos níveis político - com impactos positivos na articulação multilateral - e comercial. No plano das trocas comerciais, o momento parece oportuno para a exportação de produtos agropecuários e o desenvolvimento de parcerias para a cooperação técnica em solos áridos. Alguns elementos amparariam tal perspectiva:

- (a) o caráter estrutural do ciclo recessivo por que passa a Namíbia desde meados de 2015, caracterizados, a um só tempo:
 - pela reduzida malha industrial;
 - pela elevada dependência da economia sul-africana;
 - pela acentuada desigualdade de renda;
 - pelos índices elevados de pobreza, sobretudo no meio rural;
 - pela carência de iniciativas cooperativistas no campo para articular demandas junto ao governo local; e

-pela limitada oferta de implementos técnicos para desenvolver culturas diversificadas em país onde a escassez de terras agriculturáveis prevalece.

O triênio 2019-2021 deverá ser lembrado pela maioria dos namibianos como um período inaudito de adversidades. O espalhamento da pandemia de Covid-19 em âmbito global solapou os fundamentos socioeconômicos de um país que iniciou 2020 já fragilizado pelos efeitos da seca, de extremas proporções no decorrer de 2019. Nessas condições, os motores geradores de renda tradicionais, ao longo de toda a cadeia produtiva, foram submetidos a choque adicional, com grave impacto no índice de desemprego, que ultrapassou 40% na população ativa, devendo chegar a 50% entre os jovens no corrente ano, conforme dados oficiais.

Estimativas oficiais apontam que, ao fim do exercício financeiro de 2020, a produção de bens e serviços no país retroagiu a patamares de 2013. Considerando o cenário mais otimista, espera-se que o montante produzido pelo país em 2015 seja retomado somente no ano 2024. Sob intensa desmobilização do parque produtivo, por conta das medidas para contenção da Covid-19, o Ministério das Finanças namibiano publicou relatório atualizado - de agosto de 2021 - sobre o declínio do PIB em 2020, que atingiu -8,5%. O Banco da Namíbia (BoN) -- autoridade monetária local revisou, em relatório divulgado também em agosto, de 2,7% para 1,4% as estimativas para crescimento no atual exercício financeiro, o que refletirá um desempenho de contornos assumidamente marginais. No documento, o BoN avaliou que o PIB crescerá 3,3% em 2022 e 4,2% em 2023. Não se sabe, contudo, quando o desenho gráfico indicará traçado sustentável e como a expressiva capacidade ociosa será satisfatoriamente absorvida pelo mercado. Tais projeções dariam provas, na avaliação de muitos especialistas locais, de um processo de recuperação penosamente longo, em formato "L".

Autoridades do alto escalão têm lamentado que o retrocesso sobre avanços obtidos para reduzir a pobreza entre as classes destituídas terá chegado a números de 2010, caracterizando uma década perdida de progresso econômico. Em relatório revelado no dia 11 de junho de 2021, a Agência de Estatísticas da Namíbia (NSA, na sigla em inglês) atestou que 43,3% da população namibiana vivencia situação de pobreza multidimensional. O órgão pautou suas conclusões pelo "Índice de Pobreza Multidimensional" (IPM), critério elaborado pela Universidade de Oxford, de que se utilizam organismos internacionais como as Nações Unidas e o

Banco Mundial. O IPM considerou indicadores que extrapolam a restrição de receitas econômicas, entre os quais frequência escolar e acesso à infraestrutura básica. Os dados apresentados pela NSA apontaram, por exemplo, que namibianos residentes no meio rural - quase metade da população de 2,5 milhões do país - são quase duas vezes mais propensos a viverem sob pobreza multidimensional, se comparados aos moradores dos centros urbanos. Conforme o relatório, 59,3% dos que residem em áreas de menor densidade populacional enfrentam pobreza multidimensional. Nas cidades, 1/4 da população urbana está nessa situação.

(b) o interesse do país em diversificar a pauta comercial por meio da dinamização do porto de Walvis Bay, local onde as autoridades locais esperam consolidar, igualmente, um "hub" logístico no contexto da África Austral.

As autoridades namibianas parecem cientes de que a baixa diversificação na corrente de comércio se reflete em menor capacidade do país para acomodar choques externos, o que, por sua vez, gera oscilações anormais na oferta e na demanda de produtos que compõem a cesta básica local. A crescente participação da Zâmbia como parceiro comercial da Namíbia resulta dessa percepção. Aquele país africano figurou, em 2020, na 6ª posição entre os parceiros para onde a Namíbia exportou (4,5% do total) e no 2º lugar entre os principais destinos importadores (20,1% do total). Políticos, estudiosos e agentes econômicos locais acalentam o desejo de que a Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA), em vigor desde 1º de janeiro de 2021, possa oferecer, entre outras vantagens, maior diversidade nas opções comerciais do país e maior densidade nas redes logísticas de comércio a partir do porto namibiano de Walvis Bay.

(c) as articulações ministeriais em curso para apoiar e desenvolver a produção doméstica, para o que se farão necessários, entre outros pontos, a importação de insumos básicos e aprimoramentos de ordem técnica para que a produção agroindustrial alcance ganhos de escala.

De 2019 a 2021, parcela significativa do empresariado local se viu impelida, de alguma maneira, a redimensionar sua folha salarial e o alcance operativo de seus negócios. Foram mais afetados os que não puderam adaptar o perfil e o portfólio de suas atividades no médio prazo, por problemas incontornáveis de caixa, sem que lhes tenha sido facultada sequer a possibilidade de migrar parte dos serviços para o mercado eletrônico, setor

ainda pouco difundido no país. Os ramos que operam direta ou indiretamente na rede turística e da hospitalidade receberam, por óbvio, os ventos mais desfavoráveis. Relatos proliferam na mídia local sobre proprietários de pousadas e donos de restaurantes que não conseguiram articular saídas gerenciais à altura de desafios que emergiam em sequência, ao cabo das quais foram obrigados a decretar falência. Os efeitos na economia como um todo são ainda mais dramáticos tendo em vista a importância da atividade hoteleira e de turismo para a economia local.

De indiscutível pujança e sabida solidez para enfrentar tempos turbulentos, a indústria de turismo amargou perdas incalculáveis. Segundo a última versão do "Tourist Statistical Report 2020", produzido pelo Ministério do Meio Ambiente e do Turismo (MET, na sigla em inglês), entre janeiro e dezembro de 2020 foi registrado ingresso de 192.026 estrangeiros, tendo 169.565 deles manifestado propósitos declaradamente turísticos. De acordo com o documento, 81% desses turistas visitaram o país no primeiro trimestre de 2020 -- antes, portanto, da adoção de medidas mais restritivas de circulação por conta da Covid-19, entre março e maio.

Na comparação com 2019, o declínio foi expressivo: impressionantes -89,4%. A diminuição drástica no afluxo de visitantes estrangeiros levou a demissões em massa, cujas reverberações negativas geraram focos inéditos de miserabilidade no interior, de onde provêm a maior parte do contingente responsável pelos cargos de assessoramento e operativos nos "lodges", os hotéis-fazenda localizados em reservas de animais ou em parques ecológicos que caracterizam parte expressiva do setor hoteleiro no país. Um dos pilares da economia nacional, o ramo turístico se constituiu, no passado, na terceira fonte de divisas do país, após mineração e pesca. Antes da crise sanitária, o setor empregava, diretamente, quase 20% da força de trabalho total, isto é, em torno de 47.000 pessoas; de forma indireta, os números alcançavam 120 mil pessoas.

Ciente das fragilidades estruturais que o país enfrenta, o Ministério das Finanças local mobiliza-se para moldar novo paradigma produtivo e social. Nesse ponto, as arestas de opinião entre os entes públicos e os setores privados se dissipam: a maioria da população namibiana concorda que se impõe reduzir a exposição a choques exógenos, o que somente seria possível a partir da ampliação da produção nacional. O Ministério de Industrialização & Comércio e o Ministério de Agricultura, Águas & Reforma Agrária (respectivamente MIT e MAWLR, nas siglas em inglês) vêm incrementando o grau de articulação institucional

nesse âmbito, ancorados pela perspectiva de dotar o país de melhores fundamentos econômicos, fazendo uso das potencialidades do território.

Em 11 de agosto de 2021, o MIT divulgou nota pública em cujo teor convidou produtores locais a opinarem sobre os procedimentos técnicos ("Standards Operating Procedures" - "SOPs") relativos à quota de importação de produtos avícolas, da subespécie "Gallus Domesticus". O comunicado constitui passo subsequente à redução no volume importado daqueles itens, de 1.500 para 1.200 toneladas, determinada pelo governo namibiano em fevereiro de 2020, no intuito de favorecer empreendedores nacionais.

No mesmo sentido, o MAWLR determinou o fechamento da fronteira, em agosto de 2021, para a entrada de 13 linhas de artigos hortifrutigranjeiros, entre eles tipos de cenoura, batata, cebola, melancia, milho e alface. Medidas assim se inscrevem efetivamente no rol de atribuições do MAWLR, mas muitos se surpreenderam positivamente com o alcance inédito das restrições e com a alegada capacidade do produtor doméstico em atender a demanda local naqueles itens. Com vistas a aumentar a capilaridade da produção nacional, o MAWLR tem crescentemente promovido foros de diálogo para encorajar sinergias entre produtores agrícolas e divulgado marcas nacionais para celebrar avanços na produção. O MAWLR concluiu, também recentemente, estudos de viabilidade para instauração de nova planta de dessalinização na zona costeira, seja para o abastecimento humano, seja para a alavancagem produtiva de setores industriais.

É possível que os referidos esforços governamentais permitam nova dinâmica de relações comerciais. A balança de trocas com o exterior registra perfil deficitário e potencialmente inibidor para redimensionar a matriz de produção doméstica. De acordo com os dados mais atuais da Agência de Estatísticas da Namíbia (NSA, na sigla em inglês), a corrente de comércio na Namíbia movimentou NAD 197 bilhões (USD 12,7 bilhões) em 2020, cifra 3,7% inferior ao valor registrado em 2019. Daquele montante, NAD 88,7 bilhões (USD 5,7 bilhões) resultaram das exportações e NAD 108,3 bilhões (USD 6,9 bilhões), das importações. Estruturalmente, os números comprovam padrão deficitário. Em 2020, observou-se déficit de NAD 19,6 bilhões (USD 1,2 bilhão), pouco abaixo dos NAD 20 bilhões (USD 1,3 bilhão) registrados em 2019. O desenho negativo no conjunto das trocas comerciais tem na baixa produtividade agregada nacional e na proximidade do

parceiro sul-africano, com maior pujança econômica, seus principais determinantes. A participação da África do Sul no comércio namibiano é, portanto, significativa. Do lado das importações, os artigos sul-africanos, na primeira colocação, representaram 38,1% do total importado pela Namíbia em 2020.

As forças produtivas sul-africanas se beneficiam da baixa escala de produção namibiana, da proximidade geográfica e de articulações empresariais lastreadas por história comum (1918-1990). A gravitação econômica favoreceu, por isso, a profusão de redes de abastecimentos de matriz sul-africana ("Spar", "Pick'n Pay", "Checkers", entre outras) no mercado local, onde operam praticamente sem concorrência e dominam as preferências, o que tem dinamizado a pauta comercial em termos de amplitude e heterogeneidade. Convém recordar, ainda, que a África do Sul detém não apenas a centralidade das ações no que diz respeito ao "quantum" produzido na SACU, mas também quanto às operações portuárias para o desembarço da maioria das mercadorias que ingressam no bloco, inclusive quando elas se destinam a outros países. Nesse sentido, não é exagero afirmar que parte considerável dos bens exportados do Brasil para a Namíbia, sobretudo produtos avícolas, faz escala inicial nos portos sul-africanos da Cidade do Cabo ou de Durban.

(d) o partido dominante SWAPO vem buscando responder a críticas relacionadas a sua gestão e aos indicadores sociais do país.

A imagem de uma "Namibian house", como pretendem os políticos governantes idealizar o país - a partir da comunhão de tijolos de diferentes ascendências -, parece revelar constantes fissuras. Diferentes grupos de pressão vêm almejando maior espaço no espectro cívico para o encaminhamento de suas demandas; questionam, como nunca antes, a capacidade do partido dirigente SWAPO em agenciar pautas que escapem de seu repertório programático tradicional.

De 1990 a 2019, o SWAPO exerceu liderança que se pode nomear incontestável. Além da maioria absoluta dos congressistas, o partido elegeu, naquele período, três presidentes: Sam Nujoma (1990-2005), Hifikepunye Pohamba (2005-2015) e Hage Geingob (a partir de 2015). Sob muitos aspectos, no entanto, as eleições gerais de 2019 representaram um divisor de águas na narrativa política do país. Embora Geingob tenha logrado vencer o escrutínio para exercer segundo mandato, tal como seus antecessores, ele venceu o pleito com somente 56% dos votos válidos, o que deixou o partido com menos assentos na Assembleia

Nacional; pela primeira vez o partido dominante restou sem a maioria qualificada naquela Casa deliberativa. O candidato concorrente, Panduleni Itula, ex-membro do SWAPO, logrou obter expressivos 30% das intenções, sem contar com o peso e a influência do governo e das empresas estatais, sem dispor da sólida máquina partidária do SWAPO e sem desfrutar de apoio financeiro. A perda de capital político se aclarou em números: Geingob havia obtido 87% dos votos em novembro de 2014.

Centros urbanos como Windhoek e as litorâneas cidades de Walvis Bay e Swakopmund têm reunido, pela heterogeneidade dos grupos que neles transitam, as aspirações mais veementes contra o perfil de gestão do partido hegemônico. Oferecem, por isso, espaço privilegiado para a gestação de tensões sociais diversas, muitas das quais emergentes e potencialmente desestabilizadoras. O incremento nos índices da violência urbana parece traduzir os termos mais agudos desse esgarçamento social.

Naqueles e em outros aglomerados urbanos consolida-se a percepção de que o governo do SWAPO perdeu o pulso político para gerir o país, motivo por que seria responsável pelo atual estado de deterioração anímica: culpam-no, entre outras coisas, pela consecução de políticas públicas pouco abrangentes e por aquelas sobre as quais nada desenvolveu. Embora as críticas conservem ainda algo de fragmentário e não venham sendo moduladas por uma liderança hábil o suficiente para conduzi-las por diferentes foros decisórios, elas agrupam certo consenso ao identificar na estrutura impermeável do SWAPO e em seu lastro exclusivista de exercício do poder as razões para as dificuldades que hoje maculariam os planos profissionais e pessoais de toda uma geração.

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS

11. A pandemia da Covid-19 trouxe inúmeras dificuldades à atuação dos representantes da Embaixada, pelo fato de que, por exemplo:

- (a) se reduziram as possibilidades de reuniões interpessoais junto aos interlocutores namibianos;
- (b) gerou, no país, o cancelamento de reuniões, conferências, cerimônias e eventos, públicos ou privados;
- (c) obistou a realização de potenciais missões empresariais da Namíbia ao Brasil;
- (d) desarticulou o setor produtivo namibiano, que teve de reorientar seu planejamento estratégico, sobrestando iniciativas

voltadas a ganhos de escala a partir de parcerias com outros países.

12. Diminuta interlocução entre membros do setor agrícola nacional, onde a formação de cooperativas, por exemplo, é noção pouquíssimo difundida.

13. Elevado atrelamento da economia namibiana às forças produtivas sul-africanas, cujos produtos costumam figurar, por motivos históricos, na preferência do consumidor local;

14. Empecilhos de ordem climática:

(a) a Namíbia é um país de clima majoritariamente árido, cujo território é dominado pelos desertos do Namib e Kalahari, fator que, por si só, limita o alcance da produção no país, sobretudo dos ramos que exigem água em abundância;

(b) Com a mudança do clima --- e o consequente aumento das ondas de calor em número, intensidade e duração ---, solos áridos no país podem-se desertificar, o que deve diminuir as terras cultiváveis.

SUGESTÕES PARA O PRÓXIMO CHEFE DA MISSÃO

15. Com o declínio da pandemia e o retorno gradual às atividades cotidianas, retomada das gestões de alto nível em benefício:

(a) do aprimoramento da cooperação técnica em produtos agropecuários;

(b) da ampliação das trocas comerciais em itens do agronegócio brasileiro;

(c) do incremento da cooperação policial, voltada, em um primeiro momento, à indicação de pontos focais e, em seguida, à troca de informações sobre tráfico de entorpecentes e controle de fronteiras;

(d) do estabelecimento de cronograma tentativo para a cooperação entre academias diplomáticas;

(e) de iniciativas relacionadas à projeção cultural do Brasil na Namíbia;

(f) de propostas de intercâmbio de experiências entre o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e o "Centro Internacional das Mulheres pela Paz" (IWPC) de Windhoek, para as quais já houve indicação de pontos focais.

16. Avaliação sobre a conveniência de terceira reunião da Comissão Mista de Cooperação, no âmbito da qual poderia ser revisto o estágio atual dos projetos bilaterais e mapeadas novas áreas de intercâmbio.

17. Continuidade e aprofundamento do programa de assistência humanitária para redução da insegurança alimentar que o Brasil atualmente desenvolve na Namíbia, cujos dividendos políticos têm sido inegáveis.

18. Abertura de Setor de Promoção Comercial e Investimentos (SECOM) na Embaixada, de forma a ampliar a rede de contatos comerciais e a permitir visitas a feiras de negócios por todo o país.

19. Adensamento dos vínculos políticos em torno da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).